

Revista JUNTOS POR ELAS MPMT

*Campanha aproxima
Ministério Público de Mato
Grosso ainda mais da sociedade*



A Revista #Juntos por Elas está disponível digitalmente e pode ser visualizada em computadores, tablets e smartphones



Posicione seu celular no QR Code



Acompanhe o Ministério Público

Siga o Ministério Público nas redes sociais e entre em contato conosco!



mpmt.mp.br



[@mpemt](https://www.facebook.com/mpemt)



[@mpemt](https://www.instagram.com/mpemt)



[mpmt](https://www.youtube.com/mpmt)



#JUNTOS POR ELAS MPMT

Publicação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Quatro, nº 237. Centro Político e Administrativo
Cuiabá-MT. CEP: 78.049-921
Telefone: (65) 3613-5100

Procurador-Geral de Justiça Deodete Cruz Junior

Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional Marcelo Ferra de Carvalho

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa Claire Vogel Dutra

Subprocuradora-Geral de Justiça de Planejamento e Gestão Hellen Uliam Kuriki

Corregedor-Geral João Augusto Veras Gadelha

Corregedora-Geral Adjunta Esther Louise Asvolinsque Peixoto

Secretário-Geral Adriano Augusto Streicher de Souza

Diretor-Geral Ricardo Dias Ferreira

REVISTA #JUNTOS POR ELAS

Elaboração

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Reportagem Clénia Goreth

Ana Luíza Anache
Izabela Andrade
Janã Pinheiro

André Macedo (com supervisão)

Projeto gráfico, artes e diagramação
Emanuel Evandir S. Costa

Fotografia:

Angélica Almeida
Tânia Rauber
Lucas Diego

Revisão

Tinho da Costa Marques

Sumário

05 Carta ao Leitor
Um caminho sem volta

06 Campanha aproxima Ministério
Público de MT ainda mais da
sociedade

08 Iniciativa ocupa ponto estratégico
em shopping de Cuiabá

09 Jornada de entrevistas aborda
atuação do MP e empregabilidade

11 Vítimas de violência também
precisam vencer machismo
estrutural

12 Proteção às mulheres em locais de
entretenimento é tema de entrevista

14 Campanha tem atendimento do MP
e Polícia Civil no Shopping Pantanal

15 Mulheres participam de roda de
conversa com promotor de Justiça

17 MP lança mais um instrumento
para prevenção à violência contra a
mulher

18 “Quiz do Respeito” ajuda identificar
situação de violência contra a
mulher

19 Entrevistados reforçam que
violência começa quando o respeito
acaba



- 21 Construção de políticas públicas ainda é desafio para parlamentares
- 23 Ferramentas que salvam vidas são pautas da campanha #JuntosPorElas
- 26 Protagonismo do MP na defesa da vítima é destacado em entrevista
- 28 Canais de atendimento são reforçados durante campanha
- 29 MPMT tem atuação estratégica no enfrentamento à violência
- 32 Responsabilidade dos homens para redução da violência é evidenciada
- 34 Ações da política de atendimento à mulher em Cuiabá são apresentadas
- 35 Ouvidora-geral acompanha atendimentos realizados no Shopping Pantanal
- 36 Discriminação de gênero é debatida em entrevista
- 38 Atuação do Judiciário no enfrentamento à violência contra a mulher
- 41 Defensoria Pública reforça relevância de atuação integrada
- 43 Primeira-dama defende legislação mais severa para punição de agressor
- 45 Engajamento e conscientização são destaques no encerramento de projeto





Carta ao Leitor(a)

Um caminho sem volta

“Juntos por Elas” - juntos por uma sociedade igualitária e com muito mais respeito às mulheres. Foram 16 dias de dedicação intensa, de articulação interinstitucional e de envolvimento dos integrantes da rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Em uma série de entrevistas com procuradoras e procuradores, promotoras e promotores, estudiosos, delegadas e delegados, representantes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), integrantes de organizações não governamentais, entre outros profissionais, foi debatido como enfrentarmos as mais diversas formas de violência contra as mulheres – física, patrimonial, psicológica, moral e sexual.

Encerramos esta campanha convictos de que o Ministério Público está no rumo certo, um caminho que não tem mais volta. Precisamos estar cada vez mais próximos da sociedade, ouvindo e dialogando com os vários segmentos sociais para cumprirmos com êxito a nossa missão institucional.

Os resultados apresentados nesta revista são uma demonstração de que juntos podemos alcançar o que quisermos. Pela primeira vez na história do Ministério Público, conseguimos um espaço de destaque em um shopping de Cuiabá para mostrarmos a que viemos e qual o nosso propósito. Marcamos presença e não fomos sozinhos, levamos conosco importantes instituições parceiras.

A seguir, caro leitor, você terá a oportunidade de conhecer um pouco de como foi esse trabalho. Que este registro sirva de motivação para que outras iniciativas desta natureza possam ser concretizadas. Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram para o sucesso da campanha e colocamo-nos à disposição para realização de outros projetos.

Boa leitura!



Deosdete Cruz Junior
Procurador-Geral de Justiça

Campanha

aproxima Ministério Público de MT ainda mais da sociedade

“**A** violência começa quando o respeito acaba” é o conceito da campanha lançada no início deste ano pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, com várias parcerias. Vídeos sobre a temática foram veiculados gratuitamente pela TV Centro América, afiliada da Rede Globo, como serviço de utilidade pública.

“A violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema que assola o país inteiro. Em Mato Grosso, o Ministério Público atua em diversas frentes para coibir e punir os autores desta abominável prática. A campanha é mais um instrumento utilizado pela instituição para sensibilizar e encorajar as pessoas a denunciarem e acolherem as vítimas”, ressaltou o procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior.

Segundo ele, além de proporcionar maior visibilidade ao enfrentamento à violência contra a mulher, a campanha buscou aproximar ainda mais o Ministério Público da população. “Para cumprirmos com êxito a nossa missão institucional, precisamos fortalecer os





SE NÃO OLHAR É PORQUE QUER

A VIOLÊNCIA
COMEÇA
QUANDO O
RESPEITO

laços com a sociedade. Temos buscado, em todo o estado, realizar projetos que aproximem o Ministério Público cada vez mais do cidadão e da cidadã, seja por meio de ações simples e corriqueiras do dia a dia ou em atividades de maior repercussão, como é o caso desta campanha”, disse.

A subprocuradora-geral de Justiça Administrativa, Claire Vogel Dutra, destaca que, como o Ministério Público do Estado de Mato Grosso não dispõe de recursos para publicidade, todo o trabalho de divulgação e sensibilização da sociedade sobre temas de interesse público é feito em parceria com a mídia mato-grossense.

Segundo ela, a instituição pretende, até o final deste ano, realizar diversas campanhas de utilidade pública com apoio de veículos de comunicação e de diversos segmentos empresariais. Estão previstas sensibilizações sobre combate à pedofilia, educação inclusiva, meio ambiente sustentável, trânsito seguro, família acolhedora, combate ao crime organizado, entre outros temas.

“Temos um planejamento e vamos buscar o apoio da imprensa

INTIMIDAÇÃO SEXUAL AGRIDE NO ÍNTIMO

A VIOLÊNCIA COMEÇA
QUANDO O RESPEITO
ACABA.



em geral e de outros segmentos para juntos atuarmos na defesa dos direitos fundamentais. Somente com a união de esforços para engajamento da sociedade conseguiremos cumprir a missão constitucional do Ministério Público”.



JUNTOSPORELAS.COM.BR



Iniciativa ocupa ponto estratégico em shopping de Cuiabá

Com o objetivo de dar visibilidade à temática da violência contra a mulher, entre os dias 06 a 27 de março, a campanha “#JuntosPorElas”, idealizada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, esteve no Shopping Pantanal, em Cuiabá. A iniciativa foi viabilizada por meio de parcerias com instituições privadas.

Para chamar a atenção das pessoas que circularam pelo local, uma estrutura, que lembra a “casa de vidro do BBB”, mas em formato esférico, foi montada em ponto estratégico do shopping. No espaço funcionou um estúdio de rádio, onde foram realizadas entrevistas com representantes das instituições que integram a rede de proteção às mulheres vítimas de violência.

O conteúdo, de caráter informativo e educativo, foi transmitido ao vivo pela Rádio CBN Cuiabá, de segunda a sexta-feira, das 14h às 15h. O material também foi disponibilizado nos canais da emissora de rádio e do Ministério Público no Youtube. A Ouvidoria do Ministério Público e a Polícia Judiciária Civil também realizaram atendimento no local.

Parceiros

CBN
FIEMT
GINCO
CASA Bauducco
bela flor
 Pólen Kiosque, Beleza e Luxo

AMAGGI



Jornada de entrevistas aborda atuação do MP e empregabilidade

O procurador-geral de Justiça em Mato Grosso, Deosdete Cruz Junior, abriu a programação da jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas, explicando o papel do Ministério Público no enfrentamento à violência contra a mulher e os canais de atendimento às vítimas existentes na instituição.

Destacou que o Ministério Público possui a Ouvidoria das Mulheres para recebimento de denúncias e conta também com o Espaço Calian-dra para atendimento multiprofissional às vítimas. Esclareceu ainda que no âmbito judicial é o promotor de Justiça que recebe o inquérito policial e propõe a ação penal contra os autores da violência, nos casos em que estão demonstrados indícios de autoria e provas de materialização do crime.

“No âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, o Ministério Público não atua somente para assegurar a repressão à prática do crime, atua também na área cível para garantir a prevenção, o atendimento às vítimas e a implementação de políticas públicas”, esclareceu.

O procurador-geral de Justiça enfatizou a importância da realização da campanha. “O fato de termos tomado esta iniciativa, viabilizada por meio de várias parcerias, coloca o Ministério Público mais próximo da sociedade e potencializa as nossas atividades em defesa das vítimas de violência doméstica e familiar. O MP não faz nada sozinho e tem buscado estar ao lado de pessoas engajadas, formando um verdadeiro exército do bem”, acrescentou o procurador-geral de Justiça.



EMPREGABILIDADE:

Durante a entrevista, a procuradora do Trabalho, Cristiane Leonel Moreira da Silva informou que o Ministério Público do Trabalho (MPT) possui o “Projeto Florir: semeando oportunidades para o fim da violência contra a mulher”. A iniciativa busca prevenir e reprimir a violência contra a mulher e oferecer oportunidades de emprego para mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente vítimas de violência doméstica e familiar.

Segundo a procuradora, o MPT tem celebrado termos de ajuste de conduta e proposto, em alguns casos, em substituição à obrigação de pagamento de indenização por danos morais coletivos, que as empresas assumam a obrigação de contratar um percentual de mulheres em situação de violência de gênero atendidas pelo sistema de justiça.

A superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Fernanda Campos, também participou da jornada de entrevista e destacou que a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso tem desenvolvido iniciativas com intuito de garantir a empregabilidade das mulheres nas indústrias. Falou sobre alguns desafios a serem superados que, segundo ela, passam por ações de Estado. Citou como exemplo a ausência de creches, o que acaba impedindo a inserção da mulher no mundo do trabalho, porque não tem com quem deixar os

seus filhos.

Destacou ainda a necessidade de capacitação e conexão das mulheres ao ambiente tecnológico. “Tem muitas mulheres que estão fora do ambiente de trabalho não por uma decisão, mas porque não encontram situações favoráveis para a sua inserção”, observou.

RESULTADOS PRÁTICOS

Representantes do Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho e Federação das Indústrias de Mato Grosso devem se reunir nos próximos dias para discutirem a formalização de uma parceria com intuito de garantir capacitação e o encaminhamento das mulheres vítimas de violência ao mercado de trabalho.





Vítimas de violência também precisam vencer machismo estrutural

Já parou para pensar o que leva uma mulher, que foi vítima de violência doméstica e familiar cometida pelo marido ou companheiro, não querer ser atendida em uma delegacia por uma profissional mulher? Algumas vítimas chegam à unidade policial acreditando que somente um homem teria as condições necessárias para resolver o seu problema.

A situação, já vivenciada pela delegada Jannira Laranjeira, coordenadora de enfrentamento à violência contra a mulher e vulneráveis da PJC, foi um dos exemplos reais citados durante a jornada de entrevista da campanha #JuntosPorElas, para demonstrar como o machismo estrutural está presente no nosso dia a dia. O programa contou também com a participação da promotora de Justiça e pesquisadora Lindinalva Correia Rodrigues.

“A diferença entre mulheres e homens nasce desse machismo estrutural. Conforme nosso modelo civilizatório, a mulher foi ganhando papel menos importante, enquanto o homem ficava com o mais importante, colocando-o como o grande protagonista”, destacou a promotora de Justiça.

Segundo ela, a situação explica o motivo de

mulheres não ocuparem cargos mais relevantes e também não conseguirem se eleger, mesmo representando 52% dos eleitores no Brasil. “Ainda vivemos como se estivéssemos atrás dos homens e não ao lado deles. Junto com o protagonismo do homem vem todas as demais mazelas, inclusive a violência contra a mulher”, observou Lindinalva Correia Rodrigues.

Para a delegada Jannira Laranjeira, o esclarecimento e a informação são importantes instrumentos no enfrentamento ao machismo estrutural. “Existem violências que são invisíveis e muitas vezes a vítima não se reconhece como vítima. O machismo também não está restrito ao homem, existem muitas mulheres que reproduzem esse comportamento na educação dos filhos, por exemplo”, observou.

Entre as violências consideradas invisíveis, a delegada citou a divisão de tarefas dentro de casa que, na maioria das vezes, fica a cargo apenas das mulheres. Destacou ainda outros exemplos como a objetificação do corpo da mulher no mercado publicitário e os julgamentos relacionados à forma de como a mulher se veste.

NÃO É NÃO

Proteção às mulheres em locais de entretenimento é tema de entrevista

No Dia Internacional da Mulher - 8 de Março, a Lei “Não é Não” (Lei nº 14.786/2023) foi o tema da entrevista da campanha #Juntos-PorElas, realizada no estúdio bolha localizado no Shopping Pantanal, em Cuiabá. A promotora de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso Gileade Pereira Souza Maia, coordenadora-adjunta do Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino, foi a convidada do dia para falar da lei que protege mulheres em locais de entretenimento onde haja venda de bebidas alcoólicas.

Gileade Maia explicou que a Lei nº 14.786 foi sancionada em 28 de dezembro de 2023 e entrará em vigor em junho deste ano (180 dias após a publicação oficial). Ela cria o protocolo “Não é Não” para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima, e institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”. Conforme a promotora de Justiça, a normativa que visa combater condutas como estupro, assédio e importunação sexual foi inspirada no protocolo “No Callem”, criado pelo governo de Barcelona, na Espanha, que foi aplicada no “Caso Daniel Alves”.

O jogador de futebol brasileiro foi acusado e recentemente condenado pela Justiça da Espanha a quatro anos e seis meses de prisão pelo estupro de uma jovem em uma boate de Barcelona, ocorrido no ano de 2022.



Guardiã Maria da Penha

De acordo com a entrevistada, o protocolo “Não é Não” será implementado em ambientes como casas noturnas, shows, bares, restaurantes e boates com venda de bebida alcoólica. “Esse protocolo prevê medidas para que os gestores e administradores desses locais acolham as mulheres caso ocorra violência ou constrangimento nesses estabelecimentos, bem como adotem providências no sentido de acionar a polícia e de não permitir que o agressor tenha contato com a vítima. É mais um instrumento que veio para proteger as mulheres”, salientou.

A promotora de Justiça contou que a lei estabelece que os locais tenham pelo menos uma pessoa qualificada para atender ao protocolo “Não é Não”, e que tenham em locais visíveis placas com informações sobre a forma de acioná-lo e os números de telefone de contato da Polícia Militar e da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).

“Estabelece também campanhas educativas a serem feitas pelo poder público. Nós do MPMT iniciamos esse trabalho no carnaval e agora estamos promovendo reuniões com os integrantes da rede de proteção. O próximo passo será a realização de reuniões com os responsáveis do setor de entretenimento para explicar o protocolo, orientar sobre a aplicação e capacitação”, revelou.

Por fim, Gileade Maia declarou que a expectativa é de que a lei seja cumprida e o protocolo observado, embora reconheça que será um grande desafio e que o engajamento ocorrerá com o tempo.

Em razão de um imprevisto, a promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP) Fabíola Sucasas não pode comparecer ao estúdio bolha e concedeu a entrevista por telefone. Ela falou sobre o programa Guardiã Maria da Penha, uma experiência do MPSP que vem dando certo no enfrentamento à violência contra a mulher. “Trata-se de um programa de prevenção aos feminicídios, que visa fiscalizar as medidas protetivas concedidas às mulheres vítimas de violência. A iniciativa é um sucesso e, inclusive temos municípios que deixaram de registrar mortes de mulheres durante o funcionamento do programa”, apontou.

A promotora de Justiça explicou que o programa é desenvolvido em 50 municípios do estado por meio de parcerias com instituições, de modo a viabilizar ações de fiscalização pelo poder público das medidas protetivas. Em 2023, 5.462 mulheres vítimas de violência receberam proteção do Guardiã Maria da Penha.

Criado em 2014 por Decreto Municipal, o programa é uma parceria da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID), MPSP e Coordenação de Políticas para Mulheres, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, a fim de prever proteção às mulheres vítimas de violência doméstica.



● Campanha tem atendimento do MP e Polícia Civil no Shopping Pantanal

Uma equipe da Ouvidoria das Mulheres do Ministério Público de Mato Grosso e da Polícia Judiciária Civil, por meio do Plantão de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e Sexual da capital, realizou atendimentos às mulheres vítimas de violência, em um posto instalado no Pantanal Shopping, em Cuiabá.

O atendimento foi realizado no estúdio bolha, instalado logo na entrada principal do shopping, onde foram realizadas entrevistas diárias com integrantes da rede de proteção, na campanha #JuntosPorElas. De segunda à sexta, a equipe esteve no local no período da tarde.

As vítimas que comparecerem à unidade puderam registrar boletim de ocorrência e solicitar medidas protetivas de urgência contra seus

agressores, além de receber por meio virtual atendimento jurídico, psicológico, psicossocial.

O atendimento buscou acolher e garantir proteção integral às mulheres e vulneráveis, prevenindo o agravamento de situações de violência e negligência, oportunizando o acesso aos órgãos de justiça e à rede de proteção social.



OUVIDORIA
das Mulheres



Mulheres participam de roda de conversa com promotor de Justiça

“Os homens não precisam ter receio do movimento feminista das mulheres, porque as mulheres lutam apenas por aquilo que lhes foi negado durante séculos”, foi assim que o promotor de Justiça Tiago de Sousa Afonso da Silva, iniciou a roda de conversa “#JuntosPorElas”, em uma iniciativa do Pantanal Shopping com suas colaboradoras, no Dia Internacional da Mulher. Cerca de 40 mulheres participa-

ram da discussão.

Na ocasião, o promotor ressaltou que falar sobre a violência doméstica é um dever de todos e cabe a cada um de nós, tanto homens quanto mulheres, combater o machismo enraizado em nossa sociedade. “O machismo é uma construção social e, falar sobre isso, é fundamental para que possamos combater esse mal dentro das nossas

famílias, da nossa sociedade. Homem nenhum deveria ter medo de falar sobre o machismo. Eu me considero um homem feminista, porque eu quero e luto para que as igualdades de direitos entre homens e mulheres aconteça”, disse.

O promotor de Justiça, coordenador do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica da Capital, destacou que Mato Grosso é um dos estados brasileiros com maior índice de casos de feminicídio. “Somente no ano passado, 46 mulheres foram vítimas de feminicídio no nosso estado. Com isso, Mato Grosso ocupa, proporcionalmente, em relação ao número de habitantes, a desonrosa marca de primeiro lugar em casos de feminicídio”.

Lei Maria da Penha

Durante a conversa, o promotor de Justiça salientou que a lei, instituída em agosto de 2006 (Lei nº 11.340/2006), garante a defesa da mulher no Brasil.

“A Lei Maria da Penha é boa e merece ser respeitada. Ela garante à mulher o direito a assistência e ao atendimento para que peça socorro. O nosso país

figura em terceiro lugar no ranking mundial na qualidade das leis que protegem as mulheres”, enfatizou.

Segundo ele, a Lei Maria da Penha não se restringe apenas à violência

sofrida pela mulher em relação ao marido, companheiro, mas, também, quando se trata da violência cometida por parentes como pais, irmãos, do filho contra a mãe, em relações homoafetivas e em casos de violência contra mulheres trans.

Conscientização

Uma das colaboradoras presente na roda de conversa, Rayza Gama, assistente administrativo do Pantanal Shopping, evidenciou a importância da iniciativa: “Essa tarde de conversa foi muito importante, fez com que nós mulheres refletíssemos, porque muitas vezes estamos sofrendo algum tipo de violência e não percebemos. Os pontos que o promotor trouxe hoje, faz a gente identificar o que é e como combater os tipos de violência”, disse.

“A saída para mudarmos esse cenário de violência em Cuiabá e no Brasil é a educação. Desde a base, para que as crianças, meninas e meninos, entendam como funciona o ciclo da violência e como combatê-lo. O machismo estrutural só será extinguido a partir da prevenção e conscientização”, enfatizou o promotor.





caliandra.mpmt.mp.br



MP lança mais um instrumento para prevenção à violência contra a mulher

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso lançou no Dia Internacional da Mulher, o “Observatório Caliandra”, canal virtual que está sendo utilizado para prevenção, orientação e sensibilização da população sobre a violência contra as mulheres.

O Observatório Caliandra é uma realização conjunta do Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino e Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa, com o apoio do Departamento de Tecnologia da Informação do MPMT.

A subprocuradora-geral de Justiça Administrativa, promotora de Justiça Claire Vogel Dutra, destaca que, neste primeiro momento, o Observatório Caliandra tem um olhar voltado aos feminicídios e aos órfãos e familiares dessas vítimas. Nas próximas etapas do projeto, no entanto, serão contempladas informações referentes a outros crimes cometidos no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher.

“A proposta é que, no decorrer dos anos, o observatório possa agregar o maior número possível de

informações, possibilitando às instituições e à sociedade dados confiáveis e reais para o enfrentamento à violência contra a mulher em Mato Grosso”, ressaltou a subprocuradora. Nesta primeira etapa, o Observatório Caliandra traz indicadores atualizados dos feminicídios ocorridos em Mato Grosso, informações estatísticas, dados de andamentos processuais, materiais orientativos e ainda um memorial acerca da história das mulheres vítimas de feminicídio.

“Este portal também tem a finalidade de facilitar a comunicação das pessoas interessadas com os canais de proteção tanto da Ouvidoria do MPMT quanto da Polícia Judiciária Civil e da Central Nacional de Atendimento, de forma a contribuir no enfrentamento da violência cometida contra as mulheres”, acrescentou o coordenador do Núcleo de Promotorias de Justiça da Violência Doméstica, promotor de Justiça Tiago de Sousa Afonso da Silva.





Quiz do Respeito

ajuda identificar situação de violência contra a mulher

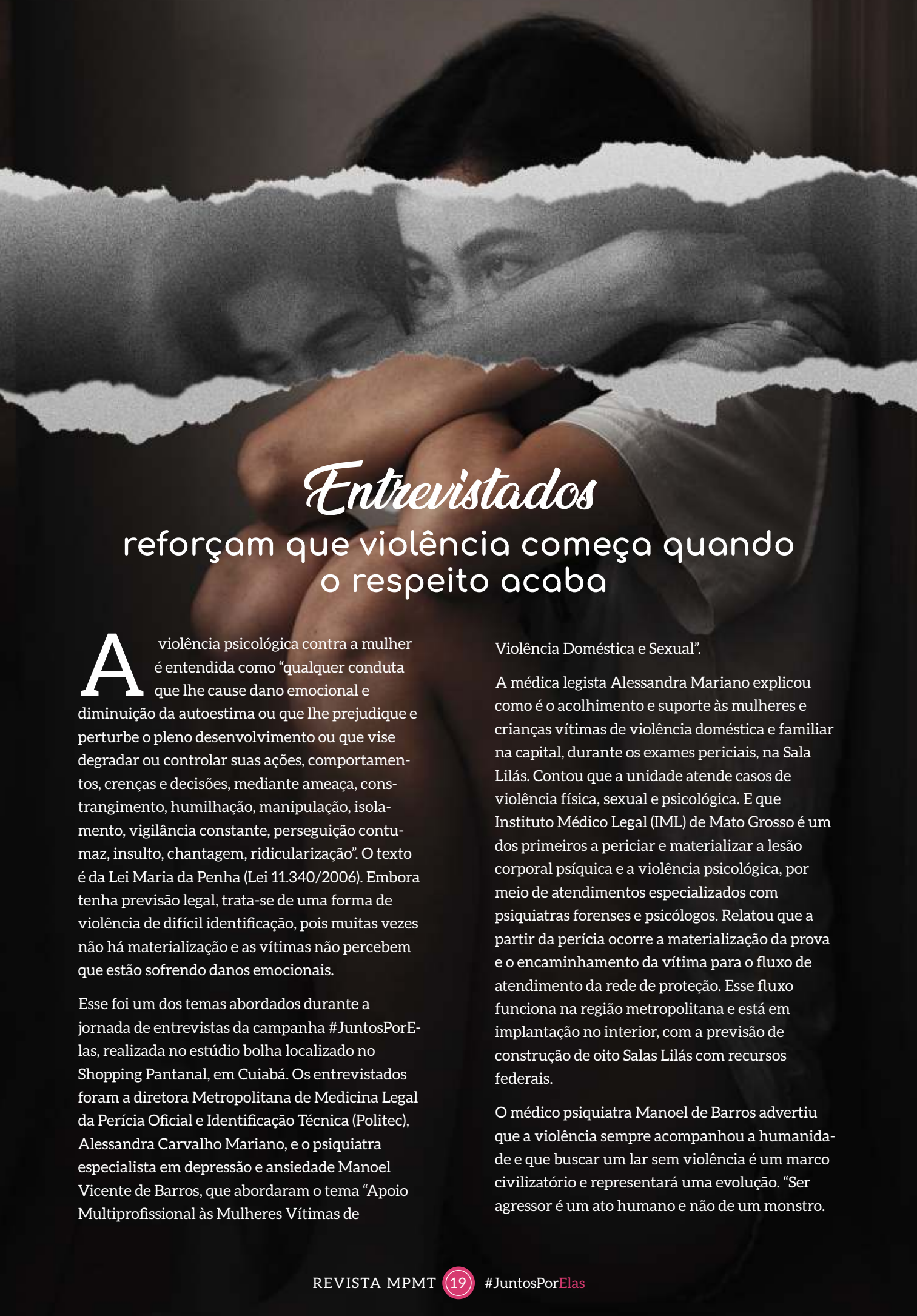
O abuso contra a mulher pode ocorrer de muitas formas. Para que as mulheres consigam perceber se vivem em uma relação com a presença de violência física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial, o “Observatório Caliandra”, canal virtual do Ministério Público de Mato Grosso, elaborou o “Quiz do Respeito”. São 18 perguntas com a finalidade de identificar possível situação de violência doméstica e familiar, como também indicar a provável intensidade das violências sofridas.

De fácil acesso e interação rápida, o questionário destaca os indícios de uma provável relação abusiva que podem ser disfarçados de cuidado. A violência contra a mulher é uma realidade que exige atenção, por isso é preciso ficar atenta ao comportamento do companheiro. Se for o caso, é preciso denunciar.

Além do quiz, a página traz informações esclarecedoras sobre as fases do repetitivo Ciclo da Violência e um ranking da violência doméstica e familiar, denominado “Violentômetro”, que categoriza os níveis de agressões sejam por meio de ameaças, ofensas, assédio, chegando ao feminicídio.

Para responder ao “Quiz do Respeito”, é preciso acessar o Observatório Caliandra pelo endereço eletrônico: caliandra.mpmt.mp.br.





Entrevistados

reforçam que violência começa quando o respeito acaba

A violência psicológica contra a mulher é entendida como “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização”. O texto é da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Embora tenha previsão legal, trata-se de uma forma de violência de difícil identificação, pois muitas vezes não há materialização e as vítimas não percebem que estão sofrendo danos emocionais.

Esse foi um dos temas abordados durante a jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas, realizada no estúdio bolha localizado no Shopping Pantanal, em Cuiabá. Os entrevistados foram a diretora Metropolitana de Medicina Legal da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), Alessandra Carvalho Mariano, e o psiquiatra especialista em depressão e ansiedade Manoel Vicente de Barros, que abordaram o tema “Apoio Multiprofissional às Mulheres Vítimas de

Violência Doméstica e Sexual”.

A médica legista Alessandra Mariano explicou como é o acolhimento e suporte às mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e familiar na capital, durante os exames periciais, na Sala Lilás. Contou que a unidade atende casos de violência física, sexual e psicológica. E que Instituto Médico Legal (IML) de Mato Grosso é um dos primeiros a periciar e materializar a lesão corporal psíquica e a violência psicológica, por meio de atendimentos especializados com psiquiatras forenses e psicólogos. Relatou que a partir da perícia ocorre a materialização da prova e o encaminhamento da vítima para o fluxo de atendimento da rede de proteção. Esse fluxo funciona na região metropolitana e está em implantação no interior, com a previsão de construção de oito Salas Lilás com recursos federais.

O médico psiquiatra Manoel de Barros advertiu que a violência sempre acompanhou a humanidade e que buscar um lar sem violência é um marco civilizatório e representará uma evolução. “Ser agressor é um ato humano e não de um monstro.



Foto: Decom MPMT

Ele não precisa ser de todo mal, essa é a exceção. A violência é praticada por quem é desrespeitoso. E muitas vezes a vítima fica presa a relacionamentos disfuncionais, aceitando migalhas, porque se valoriza a partir do outro em um processo de outro-estima e não de autoestima”, argumentou, reforçando que embora esteja ligada a traumas, a violência é potencialmente superável.

Os convidados também falaram sobre o ciclo histórico e a cultura da violência (repetição nos lares), perfil de vítimas e agressores, atendimento humanizado às vítimas (sem revitimização) e a necessidade de encaminhamentos inclusive para tratamento psicológico. “Quem entra em um ciclo de violência doméstica precisa fazer terapia e tratamento psiquiátrico para que possa sair dele”, defendeu Alessandra Carvalho Mariano. Não porque a vítima esteja necessariamente doente, mas porque muitas vezes ela se sente presa a essa relação, culpada e com medo.

A doença, normalmente, é consequência da violência. “É comum que mulheres vítimas recebam diagnóstico de Borderline, depressão ou pânico. Mas esses diagnósticos são muitos superficiais para traduzir o que está acontecendo, além de trazer o problema para a vítima. Não é uma infecção, é uma construção de uma pessoa que foi submetida à violência, que conviveu com adultos desregulados emocionalmente. E de vítima ela vira doente”, acrescentou o psiquiatra Manoel de Barros.

Por fim, os entrevistados falaram sobre como a mulher pode reconhecer se está sendo vítima de violência, a importância de buscar ajuda, de denunciar e de romper com esse ciclo. “Como reconhecer uma violência psicológica? Perder o respeito não é normal. Se ele levantar o tom de voz, te desmerecer como pessoa, te chamar de louca e te maltratar, caia fora. Se acabou o respeito, tem que acabar a relação”, defendeu Alessandra Mariano. “Somos convidadas a construir a nossa história a todo momento, é natural ter medo. Mas, em vez de ter medo do divórcio, por exemplo, a vítima precisa pensar o que está ensinando para os filhos, a como tratar uma mulher. A violência é extremamente traumatizante e o não fazer também é ensinamento. Pense na mensagem que você está passando”, frisou Manoel de Barros.



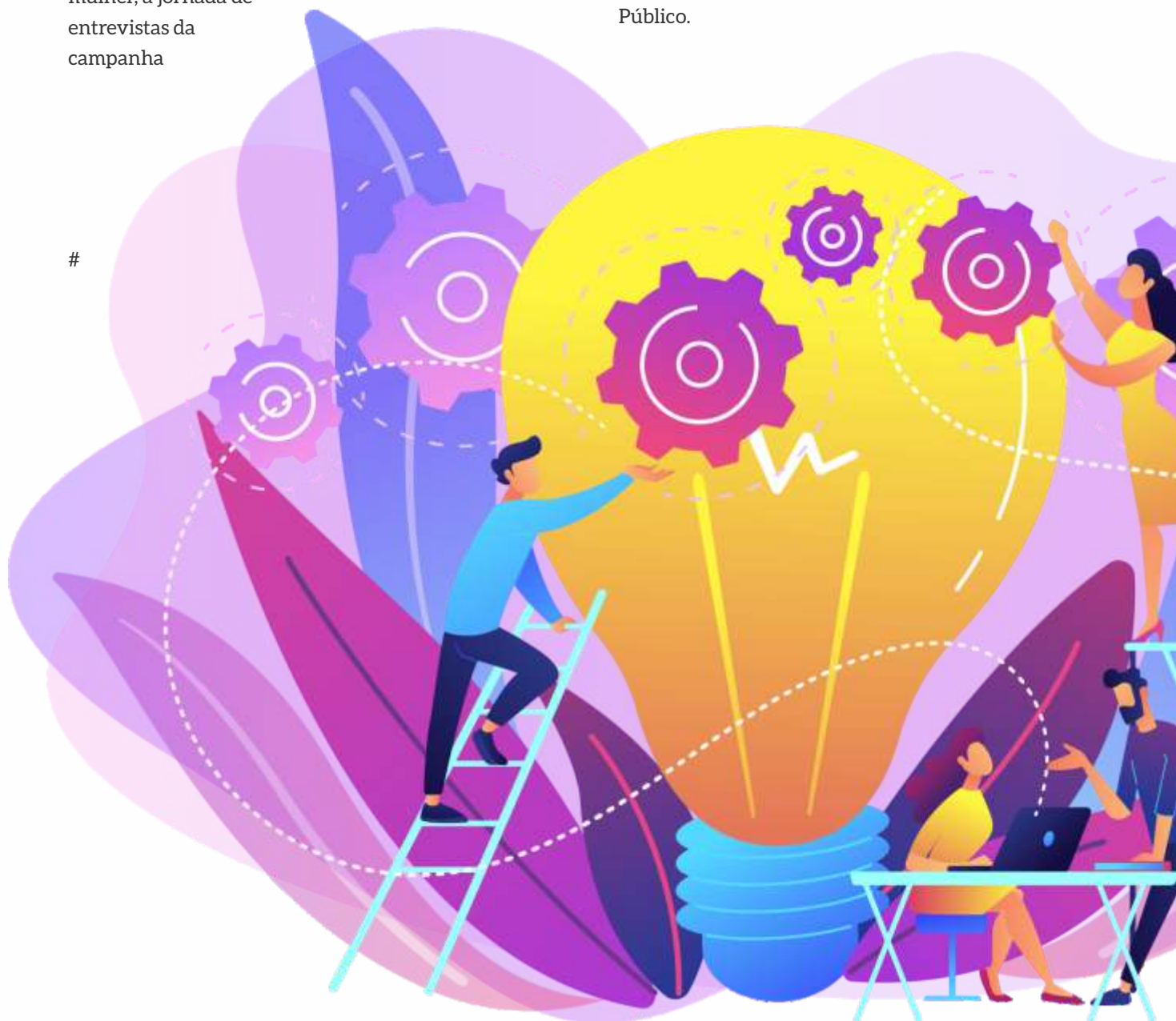
Construção de políticas públicas ainda é desafio para parlamentares

Muito além do direito ao voto, passando pela participação nos partidos políticos, chegando à ocupação de cadeiras nos poderes Executivo e Legislativo, a jornada da mulher na política ainda é um caminho trilhado com muita resistência, resiliência e compromisso. E para debater sobre representatividade feminina e a construção de políticas públicas visando o enfrentamento da violência contra a mulher, a jornada de entrevistas da campanha

JuntosPorElas recebeu a deputada estadual Janaína Riva e as vereadoras por Cuiabá Maysa Leão e Michelly Alencar, no estúdio bolha localizado no Pantanal Shopping, em Cuiabá.

As entrevistadas destacaram os desafios enfrentados no parlamento, as conquistas e, principalmente o desenvolvimento de ações para reduzir a desigualdade contando com parceiros importantes no cumprimento da legislação, como o Ministério Público.

#



“Nosso papel é cobrar e exigir que as coisas aconteçam na celeridade que merecem. Como é difícil o combate à violência contra a mulher... É muito complexo. É um conjunto de fatores. Trabalhamos para que essa mulher tenha liberdade, capacitação, independência financeira. É isso que dá condições para a mulher sair de relacionamentos abusivos. O Tribunal de Justiça e o Ministério Público são aliados nessas pautas que tratam de questões ligadas à vulnerabilidade das mulheres”, reforçou a única deputada estadual por Mato Grosso, Janaína Riva, responsável pela criação da Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa.

A presidente da Comissão dos Direitos da Mulher na Câmara de Cuiabá, Michelly Alencar, lembra que os avanços são pequenos, mas o legislativo cuiabano tem apresentado proposições voltadas para melhorar as condições das mulheres que

buscam apoio na saúde e no enfrentamento à violência. “Ainda travamos uma luta para seguir com aprovação de projetos. Nós temos atendimento às mulheres todos os dias. E todos os dias temos demanda. As mulheres chegam à Câmara por todos os canais, isso mostra que elas querem ajuda”, disse.

A vereadora Maysa Leão disse que ações de combate à violência contra a mulher são uma de suas pautas prioritárias durante o seu mandato. “A gente percebe que, hoje, há na Câmara um interesse maior em defender essa causa com mais prioridade. Nós estamos ali levando pautas reais de mulheres que estão à margem, mulheres que sofrem e carecem de muita coisa. Ainda faltam programas robustos também voltados à saúde da mulher, já que todos os tipos de violência paralisam as mulheres. Esse é um cuidado essencial que precisamos ter”.





Ferramentas

que salvam vidas são pautas da campanha
#JuntosPorElas

Em média, uma mulher sofre violência doméstica durante oito anos para quebrar o ciclo de um relacionamento abusivo. Cada uma tem o seu tempo”, afirmou a promotora de Justiça Elisamara Sigles Vodonós Portela, durante a jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas. Embora cause espanto, a titular da 16ª Promotoria Criminal de Violência Doméstica e Familiar de Cuiabá

reforçou que esse é um prazo médio, que há casos em que a vítima demora décadas para se libertar.

A promotora de Justiça foi uma das entrevistadas do dia no estúdio bolha, localizado no Shopping Pantanal, ao lado da tenente-coronel da Polícia Militar Vanessa Regina Cícero de Sá Pombo. Elas falaram sobre “A importância das medidas protetivas e o trabalho realizado pela Patrulha Maria da Penha”.

Elisamara Portela explicou que a violência doméstica e familiar contra a mulher pode se desdobrar em cinco procedimentos diferentes. “O boletim de ocorrência dá origem ao inquérito policial. A medida protetiva de urgência é um procedimento autônomo e independente que pode, inclusive, ensejar a prisão do agressor. A mulher pode pedir também o acompanhamento da Patrulha Maria da Penha. Pode ainda baixar o aplicativo SOS Mulher, que só existe nas cidades onde tem Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp), e acionar diretamente o 190. E por último, temos o processo cível, que tramita também nas varas de violência, relativo ao divórcio, dissolução de união estável e regulamentação de guarda”, contou.

Conforme a promotora de Justiça que atua há mais de 14 anos em processos de violência doméstica na capital, a medida protetiva de urgência foi uma inovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). “A mulher registra a ocorrência na delegacia e pede, se quiser, a medida protetiva de urgência, que tem como principal objetivo salvaguardar a integridade física e

psicológica da vítima. A grande vantagem é que a concessão é extremamente rápida e atende aos interesses da mulher”, pontuou, revelando que em Mato Grosso as medidas protetivas são virtuais há bastante tempo, antes do início da pandemia, o que contribui significativamente para a análise e concessão.

“Costumo dizer que o processo é bom e válido independente do resultado, mesmo que não haja uma sentença condenatória. Ele sempre dá um resultado positivo, basta olharmos as estatísticas. As mulheres mortas são, normalmente, as que nunca registraram ocorrência e não pediram medida protetiva. Entre mulheres com medida protetiva em vigor, o índice de feminicídio é muito baixo”, explanou. De acordo com Elisamara Portela, em 2023 foram registradas no sistema do Ministério Público de Mato Grosso quase 9,6 medidas protetivas concedidas no estado e, de janeiro ao início de março deste ano, já foram aproximadamente 2 mil.

Segundo a integrante do Ministério Público de Mato Grosso, as medidas protetivas mais importantes são as que determinam o afastamento do





agressor do lar e proíbem a aproximação da vítima. Para ela, o importante é que a vítima tome uma medida e jamais subestime o agressor.

“Inteirem-se da Lei Maria da Penha, procurem conhecer e não se permitam sofrer nenhum tipo de violência. Procurem ajuda, a medida protetiva de urgência existe para salvar vidas”, conclamou.

A tenente-coronel da Polícia Militar Vanessa Regina Cícero de Sá Pombo lembrou que, infelizmente, é uma prática a vítima de violência voltar atrás após acionar a polícia em uma ocorrência de Maria da Penha, falando que queria apenas “dar um susto” no companheiro. Ela defendeu que essa pode ser uma prática perigosa “Normalmente, quando a vítima aciona a polícia não é a primeira vez que sofre violência, é que naquele dia ela teve

a coragem de ligar para o 190. Se ela não der prosseguimento com o atendimento da ocorrência, afastando o agressor do ambiente familiar, a situação tende a piorar e ela pode vir a sofrer um feminicídio”, alertou.

A oficial falou sobre o programa Patrulha Maria da Penha, que foi desenvolvido como projeto-piloto em Cuiabá nos anos de 2018 e 2019, e oficialmente homologado e instituído pela Polícia Militar de Mato Grosso em 2020. Hoje, a iniciativa está presente nos 15 comandos regionais da corporação e atende 97 municípios. Conforme Vanessa Pombo, a Patrulha Maria da Penha foi criada para que a vítima de violência doméstica tenha acompanhamento ao solicitar a medida protetiva. “Toda vítima que tem medida protetiva de urgência em andamento é assistida pela Patrulha Maria da Penha. Ela recebe visitas periódicas de uma equipe especializada”, narrou.

A tenente-coronel revelou que o número de acionamentos da Polícia Militar por denúncias de violência doméstica é maior aos domingos, vésperas de feriados e em datas comemorativas. Um dia que era para ser festivo normalmente termina em violência com o excesso de ingestão de bebida alcoólica”, indicou. Por fim, declarou que sonha com um mundo de paz e livre do crime de violência doméstica, onde a Lei Maria da Penha se torne obsoleta e desnecessária.





Protagonismo do MP na defesa da vítima é destacado em entrevista

A quem cabe a defesa das vítimas? Quais são os seus direitos? Esses foram alguns dos questionamentos abordados durante a jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas, com os promotores de Justiça Marcelle Rodrigues da Costa e Faria e Vinícius Gahyva Martins.

“O Ministério Público é uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Nós somos o órgão de defesa. Quem defende os direitos humanos, a ordem social e o regime democrático é o Ministério Público. E isso na nossa atuação nos dá muito entusiasmo porque desempenhamos a nossa função no auxílio ao próximo e, especialmente, impedindo e reprimendo as violações de direitos humanos”, esclareceu a promotora de Justiça Marcelle Rodrigues.

Destacou ainda que no Juri é o Ministério Público

quem defende a vida. “Nós somos promotores do júri em Cuiabá e em todos os nossos processos existe uma violação ao direito sagrado, ao direito fonte de todos os direitos, que é o direito à vida. Então, defender a vida requerendo uma punição adequada e proporcional ao violador é motivo de muito orgulho”, observou.

O promotor de Justiça Vinícius Gahyva Martins ressaltou que o Ministério Público desenvolve projetos que buscam a inclusão das vítimas que carecem de uma atenção especial por parte do Estado. “A atenção não pode ser voltada apenas para quem comete o ato ilícito. À vítima precisa ser assegurado o exercício dos seus direitos, o Estado precisa dar uma resposta condizente para essas pessoas”, afirmou.

Conforme o promotor de Justiça, a vítima tem o direito de ser informada sobre os seus direitos,



sobre os locais onde pode obter informações, sobre as medidas de assistência e de apoio disponíveis, sobre o andamento, os rumos e as etapas da investigação criminal e do processo penal, incluindo prazos para tramitação do inquérito, para apresentação de denúncia e detalhes sobre todas as etapas seguintes.

No âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, destacou, existe o Núcleo de Defesa Vida, que foi implementado com o propósito geral de promover a inclusão efetiva das vítimas e/ou familiares das vítimas de crimes dolosos contra a vida e latrocínio no Sistema de Garantias, reconhecendo-lhes a titularidade de direitos fundamentais a serem tutelados pelo Estado brasileiro.

Atualmente, o MPMT conta com núcleos de defesa da vida em funcionamento na Capital e nos municípios de Tangará da Serra, Primavera do Leste, Barra do Garças e Sinop. O projeto também está em fase de implantação no município de Várzea Grande.

Relacionamento pautado no respeito

A jornada de entrevistas da campanha #Juntos-PorElas contemplou também um bate-papo com o Ten. Cel. da Polícia Militar Manoel Bugalho e a Cel. PM Grasielle Bugalho. Casados há 23 anos, o casal compartilhou parte da sua experiência, demonstrando a importância do respeito em qualquer relacionamento.

Criado em uma família que apresentava comportamentos machistas, o tenente-coronel revelou como foi impactado ao conviver com uma mulher forte. “O relacionamento só dá certo se houver respeito, entendimento, paciência e, principalmente, diálogo. É preciso criar uma rede de atenção ao relacionamento e o investimento tem que partir dos dois”, afirmou.

Grasielle Bugalho, por sua vez, destacou a importância da mulher dizer ao seu cônjuge o que deseja. Lembrou o que o relacionamento é construído diariamente com as mínimas coisas.





Canais de atendimento são reforçados durante campanha

“O amor não machuca, o amor tem que ser leve. Se você, mulher, está em uma relação que não está boa procure ajuda”.

O alerta partiu da psicóloga do Núcleo de Defesa da Vida do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Giovana Bárbara Lourenço, durante a jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas. Ela dividiu o programa com a jornalista e influenciadora digital Jaqueline Naujorks.

A psicóloga reforçou que no MPMT existem vários canais de atendimento às mulheres vítimas de violência. Destacou que no dia 08 de março a instituição lançou o Observatório Caliandra, que reúne dados estatísticos, orientações e informações para atendimento a essas vítimas.

A jornalista e influenciadora digital Jaqueline Naujorks destacou que sempre esteve atenta à temática da violência contra a mulher, mas que

seu trabalho ficou mais forte na pandemia. Foi quando ela decidiu falar sobre o assunto na rede social Tik Tok.

“Eu senti a necessidade de chegar até as pessoas onde a imprensa não chega”.

Desde então, segundo ela, vem postando vídeos a respeito da temática. O seu perfil no Tik Tok possui 1,3 milhão de seguidores. A jornalista ressaltou que o machismo estrutural ainda expõe as meninas e mulheres de hoje aos mesmos riscos de antigamente. “A única mudança é que hoje a mulher vítima tem um amparo melhor, existem grupos de mulheres que se apoiam”, observou.

As entrevistadas falaram ainda sobre estereótipos que colocam a mulher em posições de inferioridade, aspectos culturais, comportamentos machistas no ambiente de trabalho, entre outros assuntos.



MPMT tem atuação estratégica no enfrentamento à violência

A importância do trabalho em rede no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e a expansão de um modelo de atuação consolidado a partir do Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso foram destacados na campanha #JuntosPorElas. O tema foi abordado pela subprocuradora-geral de Justiça de Planejamento e Gestão do MPMT, Hellen Uliam Kuriki, e pela promotora de Justiça titular da 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Barra do Garças (a 509km de Cuiabá), Luciana Rocha Abrão David.

Na abertura do programa, a subprocuradora Hellen Kuriki reforçou a relevância da temática do enfrentamento à violência doméstica e

ênfaticou que se trata de um problema social grave, que pertence à esfera pública e não privada. “O enfrentamento à violência contra a mulher é algo que interessa a toda a sociedade e devemos fazê-lo com estratégias. É disso que viemos falar, de um trabalho interinstitucional que tem o poder de romper com esse ciclo, sensibilizar a coletividade e estimular a denúncia”, afirmou.

Hellen Kuriki explicou que a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher de Barra do Garças e Pontal do Araguaia despontou como referência no enfrentamento à violência em Mato Grosso, recebeu diversos prêmios e inspirou a administração superior do MPMT a expandir esse modelo de atuação, a partir de 2019, tornando-o uma iniciativa estratégica da instituição.

“Inicialmente, planejamos expandir o modelo e implantar a rede em mais 10 municípios do estado em quatro anos. A área de abrangência foi escolhida mediante os critérios de índice de feminicídios e estrutura local para implantação. Fomos muito surpreendidos nesse processo e encerramos esse ciclo com a rede implantada em 16 municípios, dada a potencialidade desse projeto”, contou.

Atualmente a rede está em funcionamento, em diferentes estágios nos municípios de Alta Floresta, Brasnorte, Cáceres, Campinápolis Campo Novo do Parecis, Colíder, Cuiabá, Itiquira, Nova Mutum, Nova Xavantina, Poxoréu, Primavera do Leste, São Félix do Araguaia, Sinop, Sorriso e Várzea Grande.

A promotora de Justiça Luciana Rocha Abrão David fez um retrospecto da implantação da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, conhecida como Rede de Frente, falou sobre o funcionamento e os eixos de atuação,

apresentou os resultados alcançados e os prêmios conquistados. Conforme a promotora, por ser uma região turística e com fatores socioculturais marcantes de machismo e patriarcado, Barra do Garças enfrenta desafios referentes à prostituição e exploração sexual, ações de investigação de paternidade e de violência doméstica contra a mulher.

“No âmbito da violência doméstica, percebíamos a necessidade de estabelecer parâmetros de atuação para enfrentar esse problema estrutural e o artigo 8º da Lei Maria da Penha nos foi uma mola mestra. A partir daí, nós do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Defensoria Pública, que realizávamos as audiências criminais, nos unimos para formar um grupo de trabalho que posteriormente



Foto: Divulgação



Rede de Enfrentamento à Violência
Doméstica e Familiar Contra a Mulher
Mato Grosso

agregou novos parceiros e se tornou a Rede de Frente”, revelou.

A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher de Barra do Garças e Pontal do Araguaia foi lançada em 15 de maio de 2013.

“Passamos por diversas etapas até nos tornarmos uma rede forte e coesa, multidisciplinar, formada por diversas instituições e representantes da sociedade. A rede se desenvolveu, se consolidou e no ano de 2017 nos tornamos uma associação, que nos permitiu começar a captar recursos para desenvolvimento de projetos como a Mostra Estudantil de Arte”, acrescentou.

Segundo a entrevistada, em quase onze anos de funcionamento, a iniciativa conquistou reconhecimento nacional por meio do Selo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de Práticas Inovadoras (2017), Prêmio Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2018) e Prêmio Juíza Glauciane Chaves de Melo (2022). Além disso, trouxe resultados expressivos na redução dos índices de feminicídio na comarca de Barra do Garças, chegando a zerar a estatística durante anos, bem como no índice de reincidência dos homens acusados ou indiciados, que é de aproximadamente 2%.

Empreendedorismo feminino

Outro tema abordado foi “O empreendedorismo feminino como ferramenta na luta contra a violência de gênero”, com a gerente de Marketing do Pantanal Shopping, Daniela Rossi. “Ficamos muito felizes com esse convite do Ministério Público de Mato Grosso, por estimular a conscientização de mulheres, a luta pelos seus direitos, bem como o rompimento do ciclo da violência. Há 20 anos apoiamos grandes causas como essa, recebendo parceiros de portas abertas”, ponderou.

Daniela Rossi falou ainda sobre a evolução do empreendedorismo feminino verificada nessas duas décadas. “Hoje temos 50% de lojistas do sexo feminino, além de uma adesão cada vez maior de mulheres no quadro de colaboradoras das lojas e da administração do shopping. Temos ainda um grande público feminino, o que representa um engajamento muito grande com a campanha #JuntosPorElas”.



Foto: Decom MPMT



Responsabilidade dos homens para redução da violência é evidenciada

O homem é o agressor e, portanto, a responsabilidade de conter os índices de violência contra as mulheres, que são alarmantes, é do próprio homem. O alerta partiu do delegado Carlos Francisco de Moraes durante a jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas. Ele chamou a atenção para a responsabilidade histórica e cultural que os homens têm em relação à problemática da violência contra a mulher.

“Nenhum homem pode estar em situação de conforto diante desta realidade. O agressor é o homem, que pode estar em qualquer lugar. O homem tem que ter consciência de que é ele quem agride e que qualquer um é passível de ser o agressor”, ressaltou o delegado, que atualmente coordena o projeto “Papo de Homem para Homem” da Polícia Judiciária Civil.

Carlos Francisco de Moraes participou do progra-

ma junto com a delegada Judá Maali, da Delegacia Especializada da Mulher de Cuiabá. A delegada destacou a importância das medidas protetivas para o enfrentamento à violência contra a mulher. Ressaltou que das oito vítimas de feminicídios ocorridos em Mato Grosso este ano, nenhuma estava com medida protetiva.

“A medida protetiva é fundamental para a proteção da mulher vítima de violência. Quando ela é requerida, toda a rede de proteção e da segurança pública volta os olhos ao agressor que, inclusive, é encaminhado para o projeto Papo de Homem para Homem”, enfatizou a delegada.

Segundo ela, no momento em que a vítima registra o boletim de ocorrência a medida protetiva já pode ser requerida. O pedido pode ser feito, inclusive, de forma online através do programa SOS Mulher da Polícia Judiciária Civil. A delegada destacou ainda a possibilidade de acesso ao

aplicativo do botão do pânico. “A mulher já sai da delegacia com o aplicativo dentro do seu celular”, afirmou.

Informou também que a Delegacia Especializada da Mulher conta com equipe multidisciplinar para atendimento às mulheres vítimas de violência que podem, de acordo com a necessidade, serem encaminhadas para casa de amparo, ao Hospital Municipal para acompanhamento psicológico e também receber auxílio para retirada de objetos, entre outras formas de apoio.



Por “amor”

A resistência das vítimas em requerer a medida protetiva, conforme a delegada, se deve a vários fatores, entre eles, o medo. “O medo é caracterizado por diversas formas, por ameaça do homem, por não querer ficar sozinha, por questão financeira e também por receio de ser diminuída. A mulher é estimulada pela sociedade a focar no amor, que deve lhe trazer proteção”, comentou a delegada.

Segundo o coordenador do projeto Papo de Homem para Homem, dos 80 participantes da iniciativa, menos de 20 leram a medida protetiva que lhe foi imposta. “A maioria não reconhece que cometeu ato de violência, muitos acreditam que a violência começa com a imposição da medida protetiva e ficam magoados e ressentidos. No projeto não falamos em culpa, mas em responsabilidades. É um papo, via de mão dupla. O foco sempre é respeitar os direitos das mulheres”, observou.



Cama de Gato

No último bloco da Jornada de Entrevistas do dia, a professora e historiadora Cristina Soares compartilhou a experiência na construção da obra “Cama de Gato”.

Destacou que a ideia nasceu do projeto Simbiose. “Quando pensamos no projeto, pensamos em algo que ajudasse as mulheres. Foi com intuito de chegar a outras mulheres que pintamos várias telas, que inicialmente comunicavam com a gente e depois com elas”.

Segundo Cristina, quando as mulheres chegavam até a exposição, muitas se identificavam com as telas e, emocionadas, começavam a contar as suas histórias. “Víamos que as telas se comunicavam e percebemos a necessidade de falarmos sobre saúde mental das mulheres. A linguagem da arte passou a ser utilizada como processo terapêutico”, contou.





Ações da política de atendimento à mulher em Cuiabá são apresentadas

Dezesseis crianças que ficaram órfãs em razão do crime de feminicídio são assistidas atualmente pelo Município de Cuiabá. Além do recebimento de um salário mínimo, cada criança é assistida por equipe multidisciplinar. O trabalho também é estendido às famílias que ficaram responsáveis por essas crianças. A ação faz parte da política de enfrentamento à violência contra as mulheres apresentada durante a jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas.

O tema foi abordado pela primeira-dama da Capital, Márcia Pinheiro, e pela secretária municipal da Mulher, Cely Almeida. “Esse programa foi o primeiro do Brasil que auxilia os órfãos do feminicídio. Existe um programa no âmbito federal, mas o salário concedido é por família, não por criança, como é o nosso”, destacou a primeira-dama.

Segundo ela, a assistência financeira é o mínimo que o poder público pode fazer para ajudar as

famílias e essas crianças que lidam constantemente com o sofrimento. Ressaltou, no entanto, que o trabalho da Secretaria da Mulher também inclui orientação, acolhimento e valorização.

“A secretaria não tem poder de polícia, mas tem inúmeras ações para orientar, acolher e levar informações às mulheres. Muitas delas sequer sabem que estão sendo vítimas de violência. Precisamos fazer com que elas identifiquem as diversas formas de violência e saibam onde buscar ajuda”, acrescentou a primeira-dama.

A secretária municipal da Mulher, Cely Almeida, informou que no Hospital Municipal de Cuiabá existe espaço próprio para acolhimento às mulheres e às crianças. Nos últimos três anos, 1.300 mulheres vítimas de violência foram atendidas na unidade. “Esse espaço também será estendido para as UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) e policlínicas. A previsão é de que a partir do dia 1º de abril esse espaço já comece a funcionar na UPA do Verdão”, adiantou.

Ouvidora-geral acompanha atendimentos realizados no Shopping Pantanal

Uma equipe da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso realizou atendimentos durante a jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas. A ouvidora-geral, procuradora de Justiça Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres, acompanhou de perto o trabalho realizado.

A procuradora de Justiça participou também da jornada de entrevistas. Ela apresentou aos ouvintes os canais de denúncia disponíveis e reforçou a importância de as mulheres vítimas de violência doméstica buscarem ajuda.

“Eu não estava em Cuiabá na abertura da campanha no dia 06 de março, por isso não pude participar da jornada de entrevistas. Hoje estou aqui para destacar a importância desse trabalho e informar às mulheres que o Ministério Público está de portas abertas para atendê-las da melhor forma possível”, destacou.

De forma breve, a procuradora de Justiça falou sobre as formas de violência contra a mulher, enfatizando que nenhuma vítima deve se sentir

constrangida em denunciar. “A violência começa com ofensas pequenas, que vão se transformando em violências maiores. Costumo dizer que o empurrão é uma porta aberta para outros tipos de violência”.

Canais de atendimento

Denúncias à Ouvidoria das Mulheres podem ser feitas pelo telefone 127, pelo WhatsApp nos números (65) 99259-0913 | 99269-8113, e-mail e no site (www.mpmt.mp.br).

Além disso, há atendimento presencial das 12h às 19h, de segunda à sexta-feira, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Procurador Professor Carlos Antônio de Almeida Melo, quadra 11, nº 237, Centro Político e Administrativo, Cuiabá-MT).



Discriminação de gênero é debatida em entrevista

Não há dúvida de que as mulheres avançaram na contramão da cultura machista e patriarcal e na conquista do merecido espaço, mas ainda vale refletir quando a pessoa é colocada em posição inferior somente por causa de sua identidade sexual. A discriminação de gênero e os aparatos normativos para proteção às mulheres foram discutidos durante a jornada de entrevista da campanha #JuntoPorElas.

O estúdio bolha localizado do Pantanal Shopping recebeu a presidente da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Livia Quintieri, e Fabiano Rabaneda, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família de Mato Grosso (IBDFAM), que explanaram sobre a legislação vigente no enfrentamento à violência de gênero.

A presidente Livia Quintieri explica que a Comissão da Mulher Advogada atua na prevenção



“Esse é um instrumento normativo que foi criado para minimizar o distanciamento entre a aplicação do Direito e a necessidade das mulheres, colocando as mulheres em suas diversas perspectivas. Uma mulher branca sofre violência diferente de uma mulher negra. Uma mulher negra sofre violência diferente de uma mulher negra e periférica. O protocolo traz diversos elementos esclarecedores. Por meio do protocolo é possível reconhecer a invisibilidade do trabalho da mulher em um determinado processo”, disse.

da violência contra a mulher, seja física, financeira, psicológica ou moral. “A Comissão da Mulher Advogada desempenha um grande trabalho social discutindo com o poder público políticas públicas que auxiliem na pacificação social. É um mês de muita reflexão. Já temos um aparato legislativo, mas há muito que avançar, seja sob a perspectiva da atuação da mulher advogada, ou da violência contra a mulher. Quando uma mulher não pode se expressar, ser ouvida é quando se inicia o ciclo de violência. É uma prática escalonada, sendo a violência física a última a ser cometida”, frisou Lívia Quintieri.

O presidente do IBDFAM destacou os avanços nos instrumentos legais a fim de evitar preconceitos e discriminação, citando como exemplo a criação de um protocolo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para julgamento da perspectiva de gênero. Além do protocolo, o CNJ instituiu a criação do Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário.





Atuação do Judiciário no enfrentamento à violência contra a mulher

A importância do trabalho em rede, do atendimento humanizado e amparo às vítimas de violência, do tratamento do agressor, de ações educativas para a população e de políticas públicas para as mulheres vítimas foram destacadas pelas juízas que atuam na 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá, Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa e Hanae Yamamura de Oliveira. As magistradas foram convidadas pela campanha #JuntosPorElas para falar da atuação do Poder Judiciário de Mato Grosso no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

As entrevistadas ressaltaram que o trabalho em rede é fundamental para esse enfrentamento. “Sozinho, o Judiciário não consegue resolver esse problema. Precisamos que todas as instituições deem as mãos e trabalhem em rede”, defendeu Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa. Ela

falou sobre o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher) do Poder Judiciário no sentido de instalar e qualificar as redes de atendimento às mulheres vítimas, de ofertar Grupos Reflexivos para Homens, promover capacitações voltadas aos síndicos de condomínios e realizar ações educativas em escolas.

Reforçaram que a violência doméstica é cultural, herança de uma sociedade machista e patriarcal, que atinge mulheres de todas as classes sociais, inclusive integrantes do Poder Judiciário. Relatam as ações voltadas ao público interno da instituição, desenvolvidas especialmente pela Cemulher e pelo Núcleo de Atendimento a magistradas e servidoras vítimas de violência doméstica e familiar.

“Não podemos deixar de fazer essa acolhida dentro de casa, ofertando atendimento especializado e multidisciplinar”, frisou Hanae Yamamura



CEMULHER - TJMT

Foto: Arquivo TJMT

de Oliveira, lembrando o caso da juíza Glauciane Chaves de Melo, morta pelo ex-marido no ano de 2013 dentro do gabinete dela, no Fórum de Alto Taquari (a 479km de Cuiabá). A juíza contou ainda que o núcleo de atendimento às integrantes da instituição recebeu o nome de "Espaço Thays Machado", em homenagem à servidora que atuou na 2ª Vara de Violência Doméstica de Cuiabá e foi vítima de feminicídio no ano passado.

Ana Graziela falou também sobre uma pesquisa com familiares e amigos de vítimas de feminicídios ocorridos no primeiro semestre de 2023. O trabalho foi realizado em rede, pela equipe multidisciplinar da Cemulher em conjunto com o Ministério Público de Mato Grosso, Defensoria

Pública, seccional mato-grossense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT), Delegacia da Mulher, Polícias Civil e Militar, Governo do Estado e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

“A pesquisa apontou que mais de 90% das vítimas trabalhavam e que cerca de 80% eram provedoras do lar, o que foi uma grande surpresa. Ou seja, que não é a dependência financeira que mantém a violência. E mostrou, como já esperávamos, que quem não tem medida protetiva

morre mais”, pontuou. “Esse levantamento recente comprovou que a mulher precisa buscar ajuda, que sem as autoridades ela não consegue quebrar o ciclo da violência, sozinha”, acrescentou.

Segundo Ana Graziela Corrêa, a pesquisa demonstrou ainda que a Lei Maria da Penha é bastante conhecida, mas que as pessoas desconhecem a sua aplicação, os tipos de violência contra a mulher, como solicitar medida protetiva de urgência e como proceder em casos de violência.



Cemulher/TJMT
Coordenadoria Estadual da Mulher
em Situação de Violência Doméstica e Familiar
no âmbito do Tribunal do Poder Judiciário





SOS Mulher MT

Agora a mulher vítima de violência tem um recurso prático e rápido. Peça pela internet a medida protetiva e solicite o botão do pânico virtual, SOS MULHER.

Saiba mais em
<https://sosmulher.pjc.mt.gov.br/>

Baixe também o APP



Projeto Cartório Inclusivo

Foto: Arquivo TJMT

Emprego

As entrevistadas aproveitaram a oportunidade para divulgar o projeto recém lançado "Cartório Inclusivo", que prevê a obrigatoriedade da reserva de 10% das vagas de emprego nos cartórios sem titularidade (mais de 80 no Estado) para as mulheres vítimas de violência. Nas serventias com titularidade, a adesão ao projeto é facultativa. Explicaram que o encaminhamento para a vaga de emprego é feito pela própria vara de violência doméstica.

Aplicativo SOS Mulher

Ana Graziela Corrêa também discorreu sobre o funcionamento do aplicativo "SOS Mulher MT - Botão do Pânico Virtual", criado em 2021 e disponível para qualquer smartphone. Conforme a juíza, a vítima de violência pode solicitar a medida protetiva de urgência pelo aplicativo ou diretamente na delegacia. Após deferida, se o agressor se aproximar dela, basta acionar o botão do pânico virtual pelo aplicativo. A ferramenta grava áudio ambiente e mobiliza o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp) da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) para envio da viatura mais próxima, em socorro à vítima. Esse deslocamento demora, em média, sete minutos.

A juíza salienta que a ferramenta está disponível para mulheres que moram nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres e Rondonópolis, onde há unidades do Ciosp, e que já salvou centenas de mulheres.



Defensoria Pública reforça relevância de atuação integrada

A defensora pública-geral em Mato Grosso, Maria Luziane Ribeiro de Castro, destacou, durante a jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas a importância do trabalho integrado das instituições na defesa das mulheres vítimas de violência. Ela e a defensora pública Rosana Leite foram convidadas para falar sobre “A violência doméstica e familiar contra a mulher e as funções desempenhadas pela Defensoria Pública de Mato Grosso”.

A defensora pública-geral explicou que a instituição trabalha no ajuizamento de ações, relacionadas a alimentos (pensão alimentar), divórcio, reconhecimento e dissolução de união estável, fixação de guarda dos filhos, requerimento de medida protetiva de urgência, encaminhamento para a rede de atendimento à mulher em situação de violência (assistência social, saúde, habitação,

educação, segurança pública, entre outros).

Acrescentou que a Defensoria também atua de forma preventiva por meio da educação em direitos, promoção de palestras sobre o tema e com campanhas educativas que visam à efetivação do princípio da igualdade de gênero, em especial com enfoque em políticas públicas que combatam as discriminações sofridas por mulheres. “Onde estiverem falando de mulheres, que a Defensoria esteja lá. Queremos cada vez mais fazer parte dessa rede de proteção”, afirmou a defensora pública-geral.

Quando se fala em violência contra mulher é importante destacar que estão incluídos todos os tipos: física, psicológica, sexual, doméstica, patrimonial, moral, social, obstétrica, dentre outras formas.

“Nós construímos um protocolo de atendimento

para atender as mulheres, que é usado em todas as unidades da Defensoria. Neste protocolo orientamos como deve ser feito o acolhimento dessa mulher em situação de violência, das mais amplas situações de violência e como proceder. Nosso objetivo é melhorar cada vez mais o atendimento”, ressaltou a defensora pública-geral.

Já a defensora pública Rosana Leite ressaltou que a instituição vem cada vez mais ampliando seus canais de atendimento. “Nós atendemos presencialmente, mas também fazemos atendimento online, por e-mail e por whatsapp. Queremos que todas as mulheres se sintam acolhidas”.

Rosana Leite, que atua no Núcleo da Defesa da Mulher em Cuiabá (Nudem), composto por diversas instituições, resalta a importância do trabalho integrado. “Precisamos cada vez mais da união de todos para que, juntos, possamos

defender os direitos das mulheres. Isso é muito importante. A sociedade precisa dar crédito às falas das mulheres”.

Ela destacou a importância da elaboração de políticas para mulheres, enalteceu a criação, em 2024, da Superintendência de Políticas Públicas para as Mulheres em Mato Grosso e reforçou que o Estado tem que continuar avançando para, num futuro próximo, ter uma Secretaria da Mulher. “Precisamos colocar a mulher como centro das políticas públicas, já que a maioria das ações de combate à violência são transversais. Ou seja, não dependem de uma única instituição ou órgão de governo”, pontuou.





Foto: Decom MPMT

Primeira-dama defende legislação mais severa para punição de agressor

A primeira-dama do Estado de Mato Grosso, Virgínia Mendes, defendeu, durante a jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas, legislações mais severas para autores dos crimes de feminicídio. “A cada seis horas perdemos uma mulher por violência doméstica e a lei ainda é muito fraca para esse caso”, afirmou.

Ela destacou que existe um trabalho que vem sendo realizado junto à bancada de Mato Grosso no Senado Federal em relação à temática. “A senadora Margareth Buzetti já conseguiu alguns avanços na legislação, mas precisamos unir forças

para garantirmos uma legislação mais endurecida”, destacou.

O procurador-geral de Justiça, Deodete Cruz Junior, que também participou do programa, destacou a necessidade de se ter uma pena adequada a quem transgride a lei. “A legislação não tem atendido aos anseios da sociedade. A nossa sensação é de que temos um instrumento que não está amolado para dar as respostas à altura do que a sociedade espera”, afirmou.

O procurador-geral acrescentou que o Senado começa a reagir, mudando esse estado de coisas.

Disse que na semana passada foi apresentada uma proposta de alteração na legislação à senadora Margareth Buzetti para que crimes ocorridos mediante violência comece a ser cumprido em regime fechado.

Ser Família

Durante a jornada de entrevistas, a secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania, Coronel PM Grasielle Bugalho, falou sobre o Programa Ser Família Mulher, destinado às mulheres vítimas de violência doméstica em Mato Grosso e que tenham medidas protetivas, conforme previsto na Lei Federal nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), além de estarem em situação de vulnerabilidade social.

Por meio do programa, cada mulher atendida recebe um auxílio-moradia no valor de R\$ 600, que pode ser cumulativo com outro cartão do SER Família.

Além do benefício financeiro, o Programa SER Família Mulher, sendo uma ação afirmativa do Governo do Estado, fortalece a rede de enfrentamento à violência contra a mulher de forma articulada, envolvendo setores como a saúde, assistência social, segurança pública, sistema judiciário e educação, além de parceria com os municípios.



Foto: Divulgação Secom MT





Engajamento e conscientização são destaques no encerramento de projeto

Durante 16 dias, 39 convidados passaram pelo estúdio bolha localizado no Shopping Pantanal, em Cuiabá, participando da jornada de entrevistas da campanha #JuntosPorElas. A programação contemplou representantes de todas as instituições que integram a Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

No último dia da campanha, a subprocuradora-geral de Justiça Administrativa, Claire Vogel Dutra, e o coordenador do Núcleo de Promotorias de Justiça que atuam no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Cuiabá, promotor de Justiça Tiago de Sousa Afonso da Silva, destacaram o engajamento e o alcance do projeto idealizado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

“Nosso objetivo é aproximar o Ministério Público cada vez mais da sociedade. O saldo é extrema-

mente positivo. É uma sensação de dever cumprido”, frisou Claire Vogel Dutra. Além do atendimento e encaminhamentos realizados, a campanha já produz iniciativas futuras como, por exemplo, a capacitação e empregabilidade das mulheres vítimas de violência.

“É importante destacar que os debates realizados aqui já estão rendendo projetos. O Ministério Público está alinhando um termo de cooperação para concepção de projeto, juntamente com o Ministério Público do Trabalho e parceiros, para fazermos o encaminhamento dessas vítimas para vagas de emprego”, disse. Ainda segundo a promotora, as informações levadas ao público originaram denúncias por meio da unidade móvel da Ouvidoria do MPMT instalada no shopping.

Durante a apresentação do balanço das ações, outra perspectiva abordada visando a redução dos indicadores de violência é a prevenção pautada no



#JUNTOS POR ELAS MPMT

processo de conscientização. “Além dos encaminhamentos dessas denúncias que recebemos ao longo dos dias, temos outro ganho que é a conscientização das mulheres. É importante que elas possam se enxergar dentro do ciclo da violência e evitem que seja escalonada. Se uma mulher consegue se enxergar vítima, ela consegue se livrar dessa convivência opressora”, destacou o promotor de Justiça Tiago de Sousa Afonso da Silva.

Observatório Caliandra

Os promotores de Justiça aproveitaram a entrevista e também destacaram o lançamento do Observatório Caliandra, canal virtual do Ministério Público utilizado para prevenção, orientação e sensibilização da população sobre a violência

contra as mulheres.

Para que as mulheres consigam perceber se vivem em uma relação com a presença de violência física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial, o Observatório Caliandra elaborou o “Quiz do Respeito”. São 18 perguntas com a finalidade de identificar possível situação de violência doméstica e familiar, como também indicar a provável intensidade das violências sofridas.

O Observatório Caliandra é uma realização conjunta do Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino e da Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa, com apoio do Departamento de Tecnologia da Informação do MPMT.

SE NÃO OLHAR É PORQUE QUER

A VIOLÊNCIA
COMEÇA
QUANDO O
RESPEITO
ACABA.



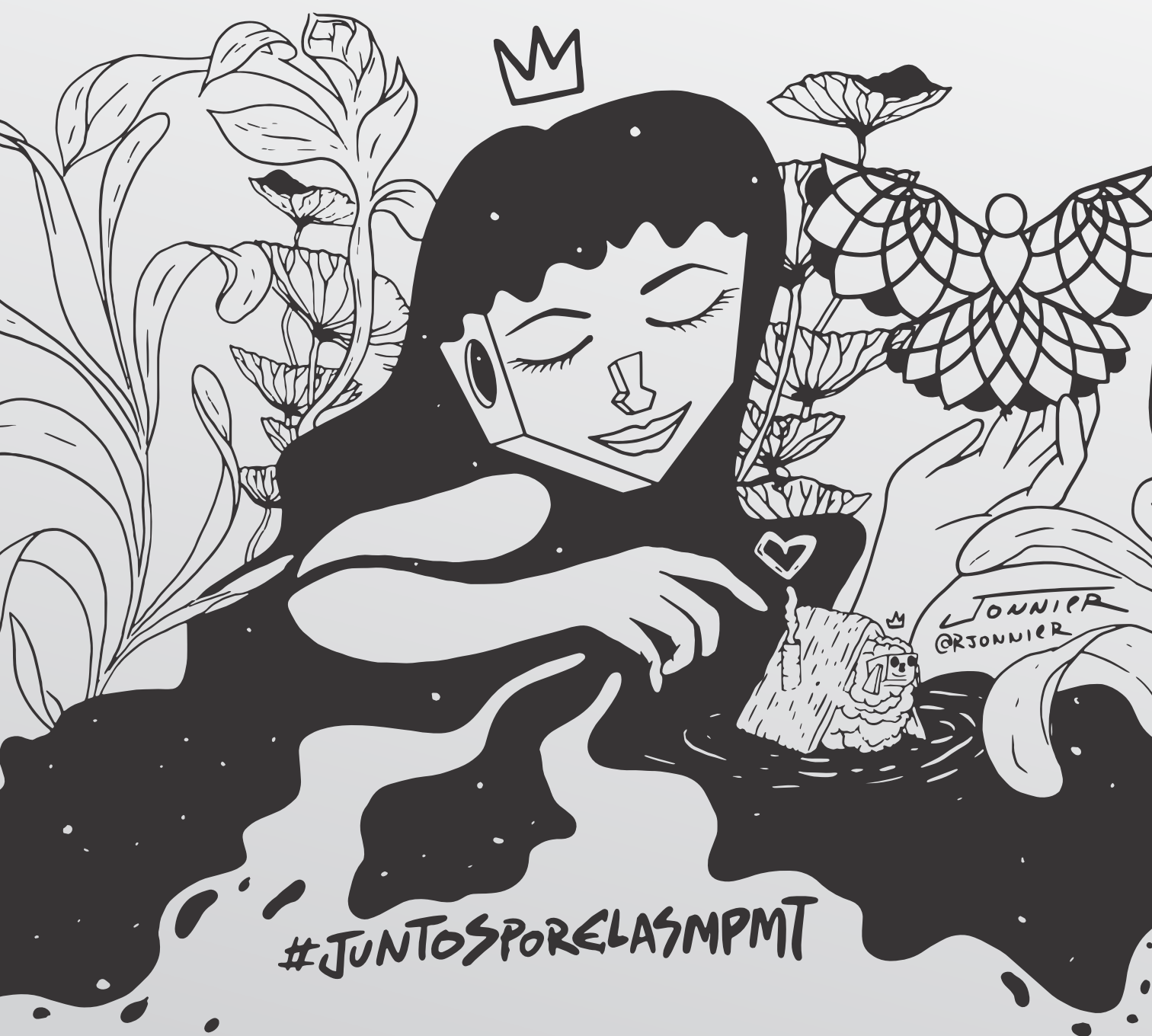
Descubra se seu
relacionamento é abusivo:
juntosporelas.com.br

www.mpmt.mp.br



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

**#JUNTOS
POR ELAS
MPMT**





OUVIDORIA *das Mulheres*

registre sua demanda

**VIOLÊNCIA?
DENUNCIE!**

Fale com a gente <<<<<

**Acesse os canais de
atendimento da Ouvidoria
das Mulheres**



Ligue: 127 das 12 às 19h
(Custo de uma ligação local)



Telefones (Whatsapp)
(65) 99259-0913 e (65) 99269-8113



ouvidoriadasmulheres@mpmt.mp.br



mpmt.mp.br/ouvidoria

www.mpmt.mp.br



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

